

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR(a) PREGOEIRO(a) PRESIDENTE DA  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA  
ALTA – SC.**

**Processo licitatório nº:** 62/2023;  
**Pregão Eletrônico nº:** 25/2023;  
**Tipo:** Menor Preço por item.

**CENTOFANTE ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 47.898.177/0001-10, com sede na Rua João Malvesti, nº 233, Bairro Centro, Jacutinga (RS), CEP: 99730-000, Telefone: (55) 991698658/(55) 991651019, E-mail: centofanteengenharia@gmail.com, representada neste ato pela sua sócia administradora, Sra. **Roberta Centofante, CPF sob nº. 014.165.160-18**, na forma do seu contrato social, vem respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar:

---

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

---

Em face da **habilitação da empresa GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº: 13.771.804/0001-36, declarada vencedora no certame em epígrafe**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, em especial, o descumprimento dos requisitos do instrumento convocatório, cujas argumentações de fato e de direito são abaixo apresentadas

**I. BREVE RESUMO DOS FATOS**

---

O município de Cordilheira Alta – SC publicou aviso de edital de licitação objetivando o seguinte:

**2 - DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE INTERSEÇÃO NA RODOVIA BR 282 NAS PROXIMIDADES DO KM 531 E DE PROLONGAMENTO DA RUA LUDOVICO J. TOZZO (MARGINAL DA BR 282) INTERLIGANDO COM A RUA DANIEL GIACOMIN NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 25/2023

Na data estipulada, 05/06/2023, a ora recorrente e mais 3 empresas se fizeram presentes no pregão eletrônico.

Superadas as fases iniciais do pregão, e iniciada a etapa de lances, a empresa GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº: 13.771.804/0001-36, sagrou-se vencedora, ao ofertar o preço de R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil e setecentos e cinquenta reais) para elaboração do projeto objeto da licitação.

Em prosseguimento, a recorrente manifestou intenção de recurso para a inabilitação da empresa vencedora, sob fundamento de que:

- a) a **Geovias Engenharia Ltda não possui atestado de capacidade técnica de elaboração de projeto de pavimentação ou serviço semelhante, em descumprimento ao item 6.2 do edital;**
- b) **não foi apresentado certidão de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA, de acordo com o solicitado na alínea “d” do item 6.2 do Edital.**

Diante da intenção de recurso apresentada, a comissão de licitação concedeu prazo para a apresentação.

## **II. DOS MOTIVOS DO RECURSO**

- a) **Ausência de atestado de capacidade técnica de execução de serviços similares**

Constitui objeto do certame conforme termo de referência:

### **2 - DO OBJETO**

2.1 A presente licitação tem por objeto **ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE INTERSEÇÃO NA RODOVIA BR 282 NAS PROXIMIDADES DO KM 531 E DE PROLONGAMENTO DA RUA LUDOVICO J. TOZZO (MARGINAL DA BR 282) INTERLIGANDO COM A RUA DANIEL GIACOMIN NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC**, conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital.

## **ANEXO “A”**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO:**

4.1 - O objeto deverá atender ao disposto na resolução DNIT nº 7, de 02 de março de 2021, no Manual de Acesso a Propriedades Marginais (IPR 728) e no Manual de Projetos e Interseções (IPR 718), incluindo:

##### **Anteprojeto de interseção, com os seguintes itens:**

Estudo de tráfego;  
Estudo topográfico;  
Estudos hidrológicos;  
Projeto geométrico;  
Projeto de terraplenagem;  
Projeto de drenagem pluvial;  
Projeto de pavimentação / sinalização;  
Plano de execução;

##### **Projeto executivo constando os seguintes itens:**

Estudo geotécnico;  
Estudo e projeto de meio ambiente – com licenciamento ambiental – IMA ;  
Projeto geométrico;  
Projeto de terraplenagem;  
Projeto geotécnico;

Projeto de drenagem e OAC;  
Projeto de pavimentação;  
Projeto de sinalização viária;  
Projeto de iluminação aprovado na celesc;  
Projeto de obras complementares;  
Plano de execução;  
Memorial descritivo;  
Especificações técnicas;  
Orçamento e cronograma;

**Prolongamento da Rua Ludovico J. Tozzo constando os seguintes itens:**

Estudo de tráfego;  
Estudo topográfico;  
Estudos hidrológicos;  
Projeto geométrico;  
Projeto de terraplenagem;  
Estudo geotécnico;  
Estudo e projeto de meio ambiente – com licenciamento ambiental – IMA ;  
Projeto de terraplenagem;  
Projeto de drenagem e OAC;  
Projeto de pavimentação;  
Projeto de sinalização viária;  
Projeto de iluminação aprovado na Celesc;  
Projeto de obras complementares;  
Plano de execução;  
Memorial descritivo;  
Especificações técnicas;  
Orçamento e cronograma;

Importante frisar que o termo de referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e elementos necessários à sua perfeita contratação e execução.

Nesse norte, assim dispõe o Decreto nº 3.555/2000, no artigo 8, I e II (Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns), **sobre a definição do objeto e o termo de referência.**

Art. 8º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - **a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara**, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

II - **o termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato;**

Conforme preceitua o inciso II da lei supramencionada, o termo de referência é **o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração**, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato.

Na salvaguarda do procedimento licitatório, exsurge o princípio da vinculação, previsto no Art. 41, da Lei 8.666/90, que tem como escopo vedar à administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sob essa ética, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observado os termos do edital até o encerramento do certame.

A fim de comprovar que a licitante tem condições de elaborar o objeto do certame, para fins de habilitação técnica o edital exigiu a comprovação de que a interessada já tivesse prestado serviços semelhantes, de acordo com item 6.2.a:

## 6.2 DA QUALIFICAÇÃO – TECNICA

a) **Apresentar no mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica**, que comprove ter executada e/ou seu que responsável técnico já executou serviços similares a da presente licitação, compatíveis em características e áreas de atuação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando o período, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de execução e a qualidade dos serviços solicitados, juntamente com a respectiva ART ou RRT correspondente ao objeto citado no atestado.

Ocorre que tal exigência não foi cumprida pela empresa **Geovias Engenharia Ltda**, pois não apresentou atestado de capacidade técnica de elaboração de projeto de pavimentação ou serviços similares.

O atestado apresentado pela Geovias Engenharia Ltda apresentou os seguintes serviços realizados:

1.	Estudos, Projeto de Supressão de Vegetação;
2.	Estudo, Levantamento, Memorial Descritivo Inventário Florístico;
3.	Estudo, Memorial Descritivo Levantamento Fitossociológico;
4.	Estudo, levantamento, Laudo, Memorial Descritivo Inventário Florestal;
5.	Estudo, Levantamento Cobertura Vegetal;
6.	Estudo Utilização do Solo.

Face ao apresentado, em complemento com os fundamentos anteriormente expostos, o atestado não comprovou a realização de atividades compatíveis com o objeto da licitação em comento.

O atestado não demonstra a capacidade técnica da profissional para realizar a obra, objeto da licitação, em sua plenitude, ou seja, o licitante tem que comprovar a habilidade de mão de obra semelhante, **o que não foi efetivamente comprovado pela empresa Geovias Engenharia Ltda.**

Portanto, em sendo o objeto da licitação a “**elaboração de projetos de engenharia de interseção na rodovia BR 282 nas proximidades do km 531 e de prolongamento da rua Ludovico J. Tozzo (marginal da BR 282) interligando com a rua Daniel Giacomini no município de Cordilheira Alta/SC, conforme especificações constantes do Anexo “A” deste Edital**”, fica clarividente que o atestado de capacidade técnica **não** apresenta a qualificação requerida, não cumprindo com o que está descrito no objeto.

Conforme pode ser observado no objeto e no termo de referência do certame, a Geovias Engenharia Ltda descumpriu o item 6.2.a, o que por si só deve acarretar sua inabilitação do processo licitatório.

**b) Ausência de certidão de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA**

Além da ausência de atestado de capacidade técnica de execução de serviços similares ao objeto do certame, a empresa Geovias Engenharia Ltda também não apresentou certidão de registro do profissional responsável técnico junto ao CREA, de acordo com o solicitado na alínea “d” do item 6.2 do Edital.

Assim é a redação do item “d”, do item 6.2 do Edital, vejamos:

**d) Registro (pessoa jurídica) junto a respectiva entidade de classe (CREA/CAU) assim como o seu profissional responsável técnico pelos serviços (pessoa física), comprovando tais registros no ato da sessão.**

**Frente aos documentos apresentados, é de fácil percepção que não foi relacionado o registro do profissional responsável técnico junto ao CREA.**

A par disso, segundo Hely Lopes Meirelles, o edital é a lei interna da licitação e “vincula inteiramente a Administração e os proponentes” (Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro”, 30ª ed., SP: Malheiros, p. 283).

Dessa maneira é princípio que vincula tanto a Administração quanto os interessados, desde que, as regras editalícias estejam em conformidade com a lei e a Constituição. Conforme o art. 3º da Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Evidenciamos: **qualquer quebra do nexo de relação entre o Edital e suas exigências, o objeto da licitação e a execução dos serviços ou aquisição de bens, ensejará a desvinculação ao ato convocatório.** Logo, haverá quebra de referido princípio.

O principal artigo da norma geral de licitação referente à vinculação ao ato convocatório é o art. 41. **A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.**

Portanto, a Administração Pública **não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, de forma discricionária, nesse caso, deixar de exigir o registro do profissional responsável técnico junto ao CREA, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório estabelecido no artigo 41, da lei 8666.**

Assim, deve ser inabilitada a empresa GEOVIAS do certame, com a consequente habilitação e posterior contratação da recorrente, **segunda colocada**, como forma da mais lúdima justiça.

Portanto, a obrigatoriedade no cumprimento das regras previstas no Edital de licitação não é somente uma norma voltada para a Administração, pois também vincula todos os licitantes envolvidos.

### **III. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

O não cumprimento de todas as exigências relacionadas em edital, ou até mesmo transgressão das regras editalícias direta ou indireta por parte dos licitantes **macula a habilitação do mesmo**, pois observa o princípio da isonomia, princípio este, baluarte das licitações públicas.

As licitações públicas pautam-se em um conjunto de formalidades, que devem ser observados. Desconsiderar qualquer formalidade desses processos é ferir a lei, além do que se observaria a mácula ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, acima tratado.

No caso em tela, a aceitação do atestado de capacidade técnica que não apresenta serviço similar e a ausência do registro profissional responsável técnico junto ao órgão competente, seria admitir a quebra aos ditames da lei 8.666/1993.

Logo, verifica-se que as condições ora apresentadas reúnem os requisitos necessários que desautorizam a adjudicação do objeto à licitante que ofertou menor preço.

Todos os participantes têm o direito à lisura, imparcialidade, legalidade e objetividade no julgamento, caso contrário não haveria razão de ser dos referidos processos para obtenção da melhor proposta.

Portanto, a comissão licitante, na pessoa do Sr.(a) Pregoeiro (a), não se deve privilegiar licitante que não cumpre as exigências editalícias, devendo ser revista a decisão, acatando as razões desta peça recursal, ciente de que sua conduta se ampara nos princípios da legalidade, e também da probidade administrativa, o **Princípio da Isonomia**, e julgamento objetivo, na medida dos termos do art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Por estes motivos, o provimento deste recurso é medida que se impõe, com a consequente desclassificação da empresa **GEOVIAS ENGENHARIA LTDA**, e consequente habilitação e contratação da empresa recorrente, que apresentou a segunda proposta mais vantajosa ao Ente Público.

#### IV. DOS REQUERIMENTOS

---

Diante do exposto, requer:

1. O recebimento do Recurso Administrativo, visto que tempestivamente apresentado;
2. Seja a empresa **GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº: 13.771.804/0001-36**, intimada, para se quiser, contrarrazoar o recurso apresentado;
3. No mérito, seja dado provimento ao recurso, de acordo com a fundamentação supramencionada, que é suficiente para atestar a irregularidade na habilitação e contratação da empresa **GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº: 13.771.804/0001-36**, com a sua consequente exclusão do certame, por desatender os itens 6.2 e 6.2.d do instrumento convocatório;
4. Caso o Sr.(a) Pregoeiro (a) entenda por negar provimento ao recurso ora interposto, que se manifeste sobre todos os fundamentos invocados nesta peça, assim como os princípios tidos como violados, para fins de comprovar a motivação do julgamento, de acordo com os princípios que regem o Direito Administrativo;
5. O regular prosseguimento do feito;

Nestes termos, pede deferimento.

Frederico Westphalen (RS), 08 de junho de 2023.

CENTOFANTE ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 47.898.177/0001-10